



Joana Carvalho Fernandes

Sair

Pesquisar

Os Meus Serviços

Agências Estrangeiras (Uso Interno)

Arquivo Texto

Lusa Rádio

Serviço Agenda

Serviço Desporto

Serviço Economia

Serviço Global

Serviço Infografia

Serviço Internacional

Serviço Lusa Vídeo

Serviço Lusa Áudio

Serviço Lusofonia

Serviço Nacional

Pobreza/Lisboa: Sem instituições locais, pobres viveriam "situação catastrófica" – estudo



Número de Documento: 16022088

Lisboa, Portugal 26/05/2013 07:00 (LUSA)

Temas: Desemprego, ONG, Sociedade, população e censos, Deficientes, Família, Sem-abrigo, Pobreza, Assistência social, Assistência prolongada, condições de vida, problemas sociais, serviços sociais

Lisboa, 26 mai (Lusa) – O primeiro Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, agora publicado em livro, mostra que, sem o apoio das instituições locais, as populações pobres que residem na capital viveriam "uma situação catastrófica".

O livro "A Cidade Incerta", elaborado em parceria com o DINÂMIA'CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (ISCTE-IUL), faz, a partir de um trabalho de campo realizado em 2011, um retrato – o primeiro – qualitativo da pobreza na capital, e pretende monitorizar o fenómeno periodicamente.

Na análise a sete perfis de pobreza dominantes na cidade de Lisboa – trabalhadores pobres, desempregados, cuidadoras informais, incapacitados para o trabalho por motivos de doença, desfilhados e idosos –, o estudo conclui, por exemplo, que as instituições de solidariedade social são "fundamentais para dar resposta às necessidades básicas destas pessoas".

Em declarações à agência Lusa, a socióloga Sónia Costa, membro da equipa do DINÂMIA'CET que desenvolveu este trabalho, explicou que, "se contassem apenas com as prestações sociais e com os recursos que o Estado disponibiliza, as populações pobres da capital viveriam uma situação catastrófica".

A socióloga acrescentou que "são os recursos adicionais das instituições locais – a assistência domiciliária para os idosos, o cabaz alimentar, ou o serviço de saúde disponibilizado pela Santa Casa da Misericórdia – que lhes permitem continuar a sobreviver".

Ao mesmo tempo, alertou, "as instituições estão a ser esmagadas, porque os seus recursos tendem a diminuir e os pedidos de ajuda estão a aumentar".

Neste trabalho, disse ainda a investigadora, fala-se sobre a pobreza "dando voz aos pobres", para "perceber como é que eles próprios perspetivam essa condição: o que entendem que os colocou na pobreza, e que estratégias convocam para sair dela".

Percebemos, acrescentou, que não podemos falar nos "pobres da cidade de Lisboa", mas sim em diversos rostos, resultantes de "diferentes causas que geram a pobreza", de "diferentes fatores que condicionam a permanência ou a entrada" nessa condição. Verificamos ainda que estes casos necessitam de diferentes respostas.

Numa perspetiva mais global, o estudo defende que o debate sobre as consequências da crise financeira para os mais pobres está "ausente da sociedade portuguesa", considerando mesmo que as práticas políticas não demonstram preocupação com estes setores da sociedade.

"Algumas das medidas de combate à crise – como as novas regras de acesso ao Rendimento Social de Inserção e os cortes nesta prestação social, a diminuição nos subsídios de desemprego, as reduções no acesso à saúde, entre outras – são sobretudo gravosas para os que se encontram em situações de maior vulnerabilidade", disse à agência Lusa a socióloga Isabel Guerra, do DINÂMIA'CET, e também membro da equipa que elaborou este estudo.

Para a investigadora, "não há um discurso político sobre a pobreza", nem "programas específicos orientados [para este problema]". Não existe, diz, "a capacidade de perceber a diversidade de mecanismos que estão produzindo esta situação de pobreza".

"Não há atenção aos estudos que estão feitos sobre o impacto da crise nas populações pobres. Há estudos nacionais e internacionais que vêm provando que, no caso português, e ao contrário dos outros países sujeitos a medidas [de consolidação orçamental] semelhantes, Portugal penaliza mais os percentis mais pobres", acrescentou.

Nas conclusões do estudo pode ainda ler-se que o "exercício da solidariedade" retornou "à assistência – alimentar e outra – dos séculos passados", considerando que se têm "banalizado" práticas "há muito criticadas" por serem "demasiado humilhantes".

JYF// ZO

Lusa/fim



EUROPHOTO



